Transportes Della Volpe S/A
Comércio e Indústria

CNPJ nº 61.139.432/0001-72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

Mensagem da Administração: O exercício de 2025 representou um período de transformação relevante para a Companhia, marcado por importantes iniciativas estruturantes voltadas ao fortalecimento de sua base operacional, tecnológica e de gestão. Apesar dos desafios naturalmente associados a esse processo de evolução, avançamos de forma consistente em projetos estratégicos que reforçam os fundamentos necessários para sustentar um novo ciclo de crescimento, eficiência e geração de valor no longo prazo. Um dos principais marcos do período foi a implantação do novo sistema de gestão empresarial, o SAP S/4HANA, concluída em março de 2025. Trata-se de um passo estratégico na modernização de nossa infraestrutura tecnológica, que permitirá maior integração de processos, aprimoramento dos controles internos, ganhos de eficiência operacional e ampliação da capacidade analítica para suportar as próximas etapas de crescimento da Companhia. Como ocorre em projetos dessa magnitude, o período inicial de estabilização do novo ambiente sistêmico trouxe desafios operacionais e tecnológicos que impactaram temporariamente a eficiência de determinados processos ao longo do exercício. Entre os principais reflexos desse momento de transição estiveram pressões pontuais sobre margens operacionais, bem como ajustes necessários nos fluxos de faturamento, controles e rotinas de gestão financeira, aspectos que foram progressivamente endereçados ao longo do ano. Nesse contexto, a Companhia registrou aumento temporário da necessidade de capital de giro, principalmente associado ao processo de adaptação das rotinas operacionais e financeiras ao novo ambiente sistêmico. Adicionalmente, em função do cenário macroeconômico nacional observado ao longo do período, caracterizado por maior seletividade de crédito e pressão sobre a liquidez em determinados setores da economia, foram registradas solicitações pontuais de clientes para o alongamento dos prazos de pagamento. Esse movimento contribuiu para um aumento temporário do saldo de contas a receber e para maior utilização de instrumentos de financiamento de curto prazo, destinados ao suporte das operações e à preservação da estabilidade do fluxo de caixa. Ao longo do segundo semestre, entretanto, a Companhia implementou medidas estruturais de aprimoramento dos processos de faturamento, monitoramento e gestão de recebíveis, bem como o reforço das políticas de crédito e cobrança. Tais iniciativas vêm contribuindo para a gradual recomposição do ciclo financeiro, maior previsibilidade na geração de caixa e melhoria progressiva dos indicadores operacionais e de liquidez. Apesar desse cenário de transição, a Companhia manteve suas operações ativas, preservou sua base de receitas e encerrou o exercício com geração operacional positiva e estrutura de capital considerada saudável. Mais importante, ao longo do segundo semestre de 2025 e início de 2026, os processos operacionais vêm sendo progressivamente estabilizados, refletindo melhorias consistentes nos indicadores operacionais e na eficiência das rotinas de faturamento, cobrança e gestão logística. Gostaríamos de registrar um agradecimento especial a todos os nossos colaboradores, que demonstraram elevado comprometimento, resiliência e espírito de colaboração ao longo deste período de transformação. Projetos estruturantes de grande escala, como a implantação de um novo sistema de gestão e a adaptação de processos operacionais, exigem dedicação, capacidade de adaptação e esforço coletivo, e os avanços alcançados são resultado direto do empenho de nossas equipes. Também agradecemos a confiança de nossos clientes, parceiros e acionistas, que continuam sendo parte fundamental da trajetória de desenvolvimento e fortalecimento da Companhia. Seguimos confiantes de que os investimentos realizados e os ajustes promovidos ao longo de 2025 fortaleceram de forma relevante as bases operacionais, tecnológicas e de gestão da empresa, posicionando-a de maneira ainda mais preparada para sustentar seu crescimento com maior eficiência, controle e capacidade analítica. A Administração permanece comprometida com elevados padrões de disciplina operacional e financeira, com foco na geração sustentável de valor, na solidez da estrutura de capital e na busca contínua por eficiência, inovação e excelência na gestão. Acreditamos que os avanços estruturais realizados ao longo de 2025 reforçam significativamente o posicionamento da Companhia para capturar oportunidades de crescimento e geração de valor nos próximos ciclos.

Gilberto Della Volpe
Diretor Presidente

Rafael Della Volpe Filho
Diretor Vice- Presidente

Destaques Financeiros e Operacionais - 2025

- → **Receita resiliente:** A companhia encerrou 2025 com receita líquida de R$ 729,8 milhões, apresentando um aumento de 0,2% em relação ao ano anterior, refletindo resiliência operacional mesmo em um ambiente mais desafiador.
- → **EBITDA positivo e manutenção da geração operacional:** O EBITDA ajustado totalizou R$ 61,3 milhões, com margem de 8,4%, demonstrando capacidade de geração operacional mesmo em um contexto de pressão sobre margens.
- → **Estrutura de capital:** A companhia encerrou o exercício com dívida líquida de R$ 60,5 milhões, resultando em um indicador Dívida Líquida/EBITDA de 0,99x, nível considerado moderado e compatível com a capacidade de geração de caixa da empresa.
- → **Manutenção de base operacional e disciplina de custos:** As despesas gerais, administrativas e comerciais permaneceram praticamente estáveis, com crescimento de apenas 0,6%, evidenciando disciplina na gestão da estrutura de custos.

Destaques financeiros (R$ Milhões)	2025	2024	A/A
Receita bruta	878,3	890,8	(1,4%)
Receita líquida	729,8	728,0	0,2%
Lucro líquido	**5,9**	**56,8**	**(89,6%)**
EBITDA Ajustado	61,3	91,7	(33,1%)
Margem*	**8,4%**	**12,6%**	**(4,2 p.p)**

**Calculado sobre a receita líquida.*

Reconciliação do EBITDA/EBITDA justado (R$ Milhões)	2025	2024	A/A
Lucro líquido	5,9	56,8	(89,6%)
Resultado financeiro	8,0	2,1	281,0%
Imposto de renda e contribuição social	5,0	13,9	(64,0%)
Depreciação e amortização	30,3	27,2	11,4%
Equivalência patrimonial	0,0	(8,3)	(100,0%)
EBITDA	**49,2**	**91,7**	**(46,3%)**
Efeitos não recorrentes	12,1	0,0	100,0%
EBITDA Ajustado	**61,3**	**91,7**	**(33,1%)**

ROIC LTM (R$ Milhões)	2025	2024	A/A
Receita líquida	729,8	728,0	0,2%
Lucro bruto	91,6	137,0	(33,1%)
(-) Despesas gerais, administrativas e comerciais	(112,7)	(112,0)	0,6%
(+/-) Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	40,0	39,5	1,5%
EBIT	**19,0**	**64,5**	**(70,5%)**
(+/-) Impostos	(5,0)	(13,9)	(64,0%)
(=) Lucro operacional líquido menos impostos	**14,0**	**50,6**	**(72,3%)**
(=) Capital investido (Patrimônio líquido + dívida)	501,8	435,6	15,2%
ROIC	**2,8%**	**11,62%**	**(8,8 p.p.)**

Indicadores de alavancagem (R$ Milhões)	2025	2024	A/A
Dívida líquida	60,5	11,3	435,4%
EBITDA Ajustado	61,3	91,7	(33,2%)
Dívida líquida/Ebitda ajustado	**0,99x**	**0,12x**	**725,0%**

**Dívida líquida = Total de empréstimos e financiamentos menos a posição de caixa e equivalentes de caixa.*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.012	7.399
Contas a receber	4	213.259	148.336
Impostos a recuperar		–	–
Despesas antecipadas		856	107
Outras contas a receber	5	5.737	5.213
Total circulante		**223.864**	**161.055**
Não circulante			
Depósitos judiciais		4.540	2.443
Imobilizado	7	265.666	276.602
Investimento em controlada	8	34.226	34.381
Direito de uso de arrendamento - CPC 06 (R2)	26	10.727	12.545
Propriedade para investimentos	9	118.318	118.529
Total não circulante		**433.477**	**444.500**
Total do ativo		**657.341**	**605.555**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	64.500	18.656
Fornecedores	10	16.008	13.943
Salários e encargos sociais	12	3.193	3.166
Impostos e contribuições a recolher	13	12.813	12.624
Provisão de férias	14	10.755	9.211
Partes relacionadas	6	–	1.218
Passivo de arrendamento	26	3.847	3.752
Dividendos a pagar	16	2.125	17.000
Outras contas a pagar		3.808	1.162
Total circulante		**117.049**	**80.732**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	–	–
Partes relacionadas	6	6.269	7.580
Passivo de arrendamento	26	6.880	8.793
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	18	87.002	88.026
Provisão para riscos processuais	15	2.755	3.522
Outras contas a pagar		62	–
Total não circulante		**102.968**	**107.921**
Patrimônio líquido			
Capital social	17	361.162	344.162
Ajustes de avaliação patrimonial	17.2	72.741	72.740
Reserva Legal	17.1	296	–
Reserva de lucros	17.3	3.125	–
Total patrimônio líquido		**437.324**	**416.902**
Total do passivo e patrimônio líquido		**657.341**	**605.555**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Receita líquida de serviços	19	**729.781**	**728.000**
Custo dos serviços prestados	20	(638.163)	(591.018)
Lucro bruto		**91.618**	**136.982**
Receitas/(despesas) operacionais:			
Comerciais	21	(20.142)	(22.789)
Gerais e administrativas	22	(92.585)	(89.169)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	23	40.093	39.524
		18.984	**64.548**
Resultado de equivalência patrimonial	8	(13)	8.251
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		**18.971**	**72.799**
Receitas financeiras	24	514	3.182
Despesas financeiras	24	(8.558)	(5.320)
Resultado financeiro líquido		**(8.044)**	**(2.138)**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**10.927**	**70.661**
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	18/18.2	(6.379)	(14.989)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	18/18.2	1.374	1.117
Lucro líquido do exercício		**5.922**	**56.789**
Média ponderada de ações no exercício		361.162.000	344.162.000
Lucro líquido por ação (básico e diluído), em R$		**0,02**	**0,17**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**5.922**	**56.789**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Custo atribuído realizado no exercício	374	397
Total do resultado abrangente (líquido do efeito tributário)	**6.296**	**57.186**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2024	**307.000**	**–**	**73.089**	–	–	**380.089**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	56.789	**56.789**
Realização do custo atribuído	–	–	(349)	–	349	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	24	**24**
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	**(349)**	–	**57.162**	**56.813**
Constituição de reserva legal	–	2.839	–	–	(2.839)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(20.000)	**(20.000)**
Destinação para aumento de capital	37.162	(2.839)	–	–	(34.323)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**344.162**	–	**72.740**	–	–	**416.902**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.922	**5.922**
Realização do custo atribuído	–	–	1	–	(1)	–
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	**1**	–	**5.921**	**5.922**
Constituição de reserva legal	–	296	–	–	(296)	–
Destinação para reserva de lucros	–	–	–	3.125	(3.125)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(2.500)	**(2.500)**
Aumento de capital social	17.000	–	–	–	–	**17.000**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**361.162**	**296**	**72.741**	**3.125**	–	**437.324**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício	DRE	**5.922**	**56.789**
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Realização do custo atribuído no exercício	DMPL/DRA	(374)	(349)
Depreciação e amortização	7	30.255	27.210
(Ganho) Perda na alienação do ativo imobilizado	23	(8.112)	(13.410)
Resultado de equivalência patrimonial	8	13	(8.251)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	24	4.041	3.570
Juros sobre partes relacionadas		–	513
Provisão para riscos processuais	15	(767)	1.200
Provisão para imposto de renda e contribuição social	18 / 18.2	6.379	14.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.374)	(1.117)
Outros ajustes no resultado do exercício		7.695	13.412
		43.678	**94.556**
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	4	(64.923)	(13.902)
Impostos a recuperar		–	226
Despesas antecipadas		(749)	28
Depósitos judiciais		(2.097)	(422)
Outras contas a receber	5	(524)	(1.986)
Fornecedores	10	2.065	(383)
Salários e encargos sociais	12	27	265
Impostos e contribuições a recolher	13	189	(2.351)
Provisão de férias	14	1.544	585
Outras contas a pagar		2.708	(6.107)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	11	(4.041)	(3.327)
Dividendos a pagar		(14.875)	17.000
Caixa (aplicado nas)/gerado das operações		**(36.998)**	**84.182**
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(5.020)	(16.563)
Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades operacionais		**(42.018)**	**67.619**
Das atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado, líquido das baixas	7	(8.725)	(48.318)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(8.725)**	**(48.318)**
Atividades de financiamento (com quotistas e com terceiros)			
Captação de empréstimos e financiamentos		64.500	10.000
Partes relacionadas		(2.529)	2.895
Pagamento de empréstimos e financiamentos, sem juros		(14.615)	(30.000)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento		**47.356**	**(17.105)**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(3.387)**	**2.196**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	7.399	5.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	4.012	7.399
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(3.387)**	**2.196**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)*

1. Contexto operacional

A Transportes Della Volpe S.A. - Comércio e Indústria ("Companhia" ou "Della Volpe") *é uma sociedade anônima* de capital fechado, fundada em 1956, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e tem por objeto social a exploração do ramo de transportes rodoviários de cargas em geral. A Della Volpe é uma das maiores e mais sólidas operadoras logísticas do Brasil. Com mais de 30 filiais em todo o país, atua no transporte rodoviário de cargas, nas modalidades Fracionada, Lotação, Expressa e ainda em cargas Químicas e Portuárias - todas elas com retiradas ou entregas em todas as regiões do país.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As demonstrações contábeis da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$"). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de abril de 2026. **Continuidade operacional:** A Administração da Companhia segue comprometida com seu planejamento estratégico sólido e a perpetuidade de seus negócios. Nesse sentido, avalia que dispõe de recursos adequados e suficientes para assegurar a continuidade operacional. Adicionalmente, a Administração declara não ter ciência de qualquer incerteza relevante que possa comprometer a continuidade das operações da Companhia. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional. **2.2. Políticas contábeis materiais adotadas para mensuração e apresentação:** As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidação imediata. Os saldos utilizados em contas garantidas são apresentados como empréstimos no passivo circulante do balanço patrimonial, mas integram o montante de caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. **2.2.2. Instrumentos financeiros: (a) Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio de resultado). **(b) Reconhecimento e mensuração:** O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *"impairment"* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. **2.2.3. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Provisão para perda esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa *é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.* Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não transacionou operações de contas a receber passíveis de ajuste a valor presente. Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou o go-live do sistema de gestão ERP SAP, o qual introduziu alterações nos conceitos contábeis anteriormente adotados. No sistema anterior, a Companhia utilizava a segregação entre "Fretes a faturar" e "Fretes faturados". Com a implantação do novo ERP SAP, houve a revisão desse tratamento, passando os fretes a serem reconhecidos integralmente como "Fretes faturados", não havendo mais a distinção entre valores a faturar e faturados. Tal alteração representa exclusivamente uma mudança de conceito e de forma de apresentação das informações, não implicando alteração no resultado, no patrimônio líquido ou nos fluxos de caixa da Companhia. **2.2.4. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidos de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, base negativa de Contribuição Social, bem como diferenças temporariamente indedutíveis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 15% para o Imposto de Renda, 10% para o adicional de Imposto de Renda sobre o lucro excedente a R$ 240 por ano e de 9% para a Contribuição Social. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de prejuízos fiscais do Imposto de Renda e da Contribuição Social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não apurou valores de impostos diferidos ativos. **2.2.5. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (reais) que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2.6. Imobilizado:** A Companhia efetuou a revisão do valor de mercado de seus principais ativos a partir de 01 de janeiro de 2010, tendo como base laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Os grupos de ativos avaliados foram os seguintes: terrenos, edifícios e benfeitorias, máquinas, equipamentos, instalações e veículos. As taxas de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas na nota explicativa 7. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos-futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **2.2.7. Investimentos:** Os investimentos em entidades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. **2.2.8. Propriedades para investimentos:** Os bens destinados a propriedades para investimentos *são* registrados ao valor de custo e revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **2.2.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **2.2.10. Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e não são divulgados. **2.2.11. Empréstimos:** Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data do recebimento dos recursos, deduzidos dos custos de transação, quando estes apresentarem efeitos relevantes. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros, juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis") e das eventuais variações monetárias aplicáveis. **2.2.12. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e quando seu custo ou valor puder ser mensurado de forma confiável. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou decorrente de evento passado, sendo provável que um recurso econômico será necessário para sua liquidação. Os passivos circulantes e não circulantes são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos são registrados ao valor presente, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco específico de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que originaram o respectivo ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e seu valor nominal é apropriada ao resultado ao longo do período do contrato, utilizando-se o método do custo amortizado e a taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável de ocorrer dentro dos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados como não circulantes. **2.2.13. Reconhecimento de receita:** A receita proveniente da prestação de serviços é reconhecida no resultado quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, for provável que os benefícios econômicos relacionados à transação sejam gerados em favor da Companhia, e as despesas diretamente associadas à execução do serviço, bem como os custos incorridos até a data de conclusão, possam ser confiavelmente mensurados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **2.2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 2025 e de 2024, não transacionou operações que se qualificassem a serem ajustadas. **2.2.15. Lucro por ação: Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria. **Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. No caso da Companhia, não há diferença entre lucro por ação básico e diluído. **2.2.16. Reclassificação/Reapresentação de saldos para fins de comparabilidade:** A Administração para fins do exercício de 2025 efetuou algumas reclassificações de valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tais reclassificações foram efetuadas para fins de melhor apresentação e comparabilidade com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Tais reclassificações não impactaram o resultado do exercício, o patrimônio líquido ou os fluxos de caixa anteriormente reportados, ou geraram qualquer alteração nos resultados de 2024. Foi efetuada a reclassificação do montante de R$ 39.259 diminuindo a receita operacional líquida, reduzindo o custo em R$ 29.444 e aumentando a linha de outras receitas (despesas) líquidas, no montante de R$ 9.815. **2.3. Novas normas e interpretações: 2.3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. • **Alteração da Norma IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2025. A alteração não acarretou impactos para a Companhia, por duas razões principais: i) a Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; ii) a Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; • **Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO):** Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de Companhias em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO). A Companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstração contábeis por parte de seus usuários. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2025. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **2.3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025: • Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às IFRS 9 e IFRS 7):** esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento de passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1° de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta alteração nas normas; • **Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7:** Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; • **Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:** esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma; • **Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações:** esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; • **Melhorias anuais nas normas IFRS:** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. **2.4. Impactos da Reforma Tributária: 2.4.1. Reforma tributária do consumo (LC 214/2025):** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). **Principais Substitutos e Mudanças:** • CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; • IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; • Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e • Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **2.4.2. Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025):** A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (Bets). **2.4.3. Avaliação de impacto:** A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas. A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-CAC para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	440	2.371
Aplicações financeiras	3.572	5.028
	4.012	**7.399**

As aplicações financeiras são diárias e automáticas, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média 13,6% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários) (11,5% do CDI em 2024).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 17/04/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/04/17/DELLAVOLPE1588836017042026.pdf
Hash:17763660016e3e762c7473491da501c0886947d203

Transportes Della Volpe S/A
Comércio e Indústria

CNPJ nº 61.139.432/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Contas a receber

	2025	2024
Fretes faturados	213.259	31.390
Fretes a faturar	–	116.946
	213.259	**148.336**
Fretes a faturar*	–	116.946
Fretes a vencer	193.198	25.035
Fretes faturados vencidos		
De 1 a 30 dias	969	647
De 31 a 60 dias	2.125	748
De 61 a 90 dias	2.673	521
De 91 a 180 dias	6.295	1.251
De 181 a 360 dias	7.999	3.188
	213.259	**148.336**

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou o go-live do sistema de gestão ERP SAP, o qual introduziu alterações nos conceitos contábeis anteriormente adotados. No sistema anterior, a Companhia utilizava a segregação entre "Fretes a faturar" e "Fretes faturados". Com a implantação do novo ERP SAP, houve a revisão desse tratamento, passando os fretes a serem reconhecidos integralmente como "Fretes faturados", não havendo mais a distinção entre valores a faturar e faturados. Tal alteração representa exclusivamente uma mudança de conceito e de forma de apresentação das informações, não implicando alteração no resultado, no patrimônio líquido ou nos fluxos de caixa da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia adota práticas rigorosas, como a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, a definição de limites de crédito personalizados e o acompanhamento contínuo dos saldos devedores. Aproximadamente 90% das vendas da Companhia em 2025 foram realizadas para aproximadamente para trinta (trinta em 2024) clientes-chaves.

5. Outras contas a receber

	2025	2024
Adiantamentos a funcionários	1.000	1.399
Outros valores a receber	4.737	3.814
	5.737	**5.213**

6. Partes relacionadas

	2025	2024
Passivo circulante		
Acionistas - Pessoa Física	–	1.218
	–	**1.218**

	2025	2024
Passivo não circulante		
Transpesa Della Volpe Ltda. **(i)**	6.269	7.580
	6.269	**7.580**

(i) Os saldos registrados no passivo não circulante correspondem a recursos transferidos entre a controlada e a controladora, destinados a atender necessidades operacionais e fluxos financeiros, conforme previsto nas práticas usuais de gestão financeira do grupo econômico. **Remuneração da administração:** A Administração da Companhia é composta pela Diretoria Executiva. A remuneração dos administradores, incluindo encargos sociais e benefícios, foi contabilizada na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" e está apresentada de forma resumida a seguir:

	2025	2024
Pro labore e encargos	3.219	4.338
	3.219	**4.338**

7. Ativo imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025 Custo	2025 Depreciação acumulada	2025 Líquido	2024 Líquido
Veículos	20%	212.040	(91.605)	120.436	129.640
Aeronave	10%	17.304	(13.410)	3.894	5.624
Maquinários	10%	5.879	(2.219)	3.660	4.051
Equipamentos	15%	1.016	(649)	367	367
Edifícios	1%	54.362	(9.056)	45.306	46.014
Terrenos	–	82.263	–	82.263	82.263
Equipamentos de processamento de dados	20%	10.915	(6.404)	4.511	1.774
Equipamentos para movimentação de cargas	20%	16.676	(11.447)	5.229	6.869
		400.456	**(134.790)**	**265.666**	**276.602**

A movimentação do ativo imobilizado está detalhada a seguir:

Ativo imobilizado - custo	2024	Adições	Baixas	2025
Veículos	202.579	29.506	(20.045)	212.040
Aeronave	17.304	–	–	17.304
Maquinários	5.622	257	–	5.879
Equipamentos	1.016	–	–	1.016
Edifícios	54.362	–	–	54.362
Terrenos	82.263	–	–	82.263
Equipamentos de processamento de dados	7.355	3.560	–	10.915
Equipamentos para movimentação de cargas	16.153	523	–	16.676
	386.654	**33.847**	**(20.045)**	**400.456**

Depreciação	2024	Adições	Baixas	2025
Veículos	(72.939)	(38.031)	19.365	(91.605)
Aeronave	(11.680)	(1.730)	–	(13.410)
Maquinários	(1.571)	(648)	–	(2.219)
Equipamentos	(649)	–	–	(649)
Edifícios	(8.348)	(708)	–	(9.056)
Equipamentos de processamento de dados	(5.581)	(823)	–	(6.404)
Equipamentos para movimentação de cargas	(9.284)	(2.163)	–	(11.447)
	(110.052)	**(44.103)**	**19.365**	**(134.790)**

A depreciação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 alocada no resultado foi de R$ 35.918, sendo R$ 34.035 alocada ao custo dos serviços prestados e R$ 1.883 alocada às despesas administrativas (R$27.210 em 2024, sendo R$23.129 alocada ao custo dos serviços prestados e R$4.081 alocada às despesas administrativas).

8. Investimento

	% Participação	Patrimônio líquido em 31/12/2025	Investimento em 31/12/2025	Investimento em 31/12/2024
Transpesa Della Volpe Ltda.	100,00%	34.226	34.226	34.381
			34.226	**34.381**

	Participação percentual	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Transpesa Della Volpe Ltda.	100%	50	6.495	187	4.596	1.411	(12)

A investida encontra-se sem operação desde 2016, mantendo apenas um imóvel registrado, do qual decorre a receita de aluguel. Diante desse contexto, os Administradores da Controladora optam por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, considerando o investimento da controlada não sendo relevante. O Valor do investimento considera a mais valida do imóvel em 31 de dezembro de 2025.

9. Propriedade para Investimento

	2025	2024
Terrenos	100.998	100.998
Edifícios	21.235	21.235
(-) Depreciação acumulada - Edifícios	(3.915)	(3.704)
	118.318	**118.529**

A Companhia decidiu manter as propriedades para investimentos pelo método do custo e depreciar as propriedades para investimento em conformidade com a vida útil estimada, quando aplicável e em conformidade com a norma contábil CPC 28 - Propriedade para investimento (NBC TG 28 (R3)):

	Prazos	Custo líquido	Receita com aluguel 2025	Receita com aluguel 2024
Terrenos e edifícios	Diversos	118.529	14.951	13.575
		118.529	**14.951**	**13.575**

10. Fornecedores

	2025	2024
Ativo imobilizado	–	5.844
Bens e serviços	8.753	3.427
Fretes	7.255	4.672
	16.008	**13.943**

A Companhia não possui operação relacionada à natureza de risco sacado ou "forfait" para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

11. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	% Taxas de juros	2025	2024
Capital de giro (pós-fixado)	2,1800% a 4,1600% a.a. **(I)**	–	18.167
Conta Garantida	CDI +2,65% a.a. **(II)**	64.500	–
Financiamento - Aymoré	N/A	–	489
		64.500	**18.656**
Circulante		64.500	18.656
Não circulante		–	–
		64.500	**18.656**

(I) Sujeitos a correção pelo CDI; e (II) A captação de recursos de terceiros ocorreu de forma pontual e excepcional, com a finalidade exclusiva de equalizar o fluxo de caixa diante do atraso temporário nos recebimentos, decorrente do *go live* do novo ERP, realizado em março de 2025. Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, o aumento registrado em Contas a Receber corresponde ao montante captado por meio de empréstimos, o que caracteriza a natureza transitória e não recorrente da operação.

	2025	2024
Saldos iniciais	**18.656**	**38.413**
Captações de empréstimos e financiamentos	64.500	10.000
Provisão de juros	–	3.570
Pagamento de juros e encargos	(4.041)	(3.327)
Amortizações	(14.615)	(30.000)
Saldos finais	**64.500**	**18.656**

Os empréstimos e financiamentos não possui cláusulas de "*covenants*" vinculados a índices financeiros.

12. Salários e encargos sociais

	2025	2024
Salários a pagar	659	1.387
INSS a pagar	1.583	1.110
FGTS a pagar	317	633
Outras contribuições sociais	634	36
	3.193	**3.166**

13. Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
IRPJ e CSLL a recolher	–	2.656
PIS/COFINS a recolher	1.840	1.574
ICMS a recolher	4.440	5.031
ISS a recolher	227	227
CPRB a recolher	811	1.006
Impostos retidos na fonte	2.427	1.668
Outros impostos a recolher	3.068	462
	12.813	**12.624**

Revisão da apuração de tributos: De acordo com a legislação vigente, as operações da Empresa estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS e CPRB). Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de contribuição previdenciária (INSS e FGTS).

14. Provisão de férias

	2025	2024
Provisão de férias	8.685	7.891
INSS sobre provisão de férias	1.372	688
FGTS sobre provisão de férias	698	632
	10.755	**9.211**

15. Provisão para riscos processuais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a provisão para riscos processuais registrada é como segue:

	2025	2024
Trabalhista	2.755	3.522
	2.755	**3.522**

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Trabalhista	Total
Saldos em 1° janeiro de 2024	**2.322**	**2.322**
Adições	**1.200**	**1.200**
Reversões	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.522**	**3.522**
Adições	–	–
Reversões	**(767)**	**(767)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.755**	**2.755**

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial individual: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte de processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível com probabilidade de perda possível no montante de R$ 27.132 (R$ 22.687 em 2024).

16. Dividendos a pagar

	2025	2024
Acionistas - Pessoa Física	2.125	17.000
	2.125	**17.000**

Os dividendos a pagar referem-se aos juros sobre capital próprio, previsto para liquidação até 31 de dezembro de 2026. Os dividendos a pagar referente a 2024 foram utilizados para fins de aumento de capital social na Companhia, com a devida aprovação dos acionistas.

17. Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 361.162.641, representado por 361.162.641 ações ordinárias, composto como segue:

	%	2025	2024
Gilberto Della Volpe	30,00	108.348.793	103.248.793
Gino Della Volpe	20,00	72.232.528	68.832.528
Rafael Della Volpe Filho	12,50	45.145.330	43.020.330
Marilda Della Volpe	12,50	45.145.330	43.020.330
Josefa Della Volpe Palmejano	12,50	45.145.330	43.020.330
Dalva Della Volpe Zouki	12,50	45.145.330	43.020.330
	100,00	**361.162.641**	**344.162.641**

Durante o exercício de 2025 à Administração determinou o aumento de capital de R$ 17.000.000 (dezessete milhões de reais), referente a juros sobre capital próprio deliberado durante o exercício de 2024 e que não foram liquidados, conforme nota explicativa n° 16. **17.1. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O saldo registrado findo 31 de dezembro de 2025 corresponde R$ 296. **17.2. Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia tem registrado na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial o montante de R$ 72.741 (R$ 72.740 em 31 de dezembro de 2024), relacionado aos ajustes a valor justo de ativos imobilizado. **17.3. Reserva de lucros:** A Companhia possui dividendos declarados no montante de R$ 2.125, cuja liquidação está prevista para ocorrer até 31 de dezembro de 2026, conforme deliberação societária. Adicionalmente, a Companhia apresentou lucros acumulados referentes ao exercício de 2025, no montante de R$ 3.125, os quais serão liquidados até 31 de dezembro de 2028, conforme planejamento financeiro.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

18.1. Composição dos tributos diferidos: Ativo e passivo: O passivo de imposto diferido registrado refere-se principalmente aos efeitos tributários de diferenças temporárias e em decorrência do ajuste a valor de mercado de bens do ativo imobilizado realizado no exercício de 2010. Dessa forma, o saldo de Imposto de Renda diferido passivo, referente ao estão assim apresentados:

Passivo	2025	2024
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		
Diferenças temporárias:		
Ajustes de depreciação - Lei n° 11.638/07	15.625	16.457
Ajuste patrimonial - avaliação do imobilizado	71.377	71.569
	87.002	**88.026**

A estimativa de realização desses passivos tributários, conforme estudo técnico elaborado pela Administração da Companhia, está a seguir demonstrada:

Ano	2025
2026	230
2027	253
2028	278
Após 2028	86.241
	87.002

18.2. Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social: A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social:	**10.927**	**70.661**
Alíquota normal	34%	34%
Receita (despesa) de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas oficiais - 34%	**(3.715)**	**(24.025)**
(Adições) exclusões permanentes:		
Multas de trânsito e sobre impostos	(514)	(128)
Depreciação custo atribuído	(143)	(393)
Resultado em participações societárias	(12)	2.853
Juros sobre o capital próprio	2.500	6.800
Brindes e doações	(263)	(176)
Outras	(2.858)	1.197
Total	**(5.005)**	**(13.872)**
Corrente	(6.379)	(14.989)
Diferido	1.374	1.117
Total	**(5.005)**	**(13.872)**
Taxa efetiva	**45,8%**	**19,6%**

19. Receita líquida de serviços

	2025	2024 (reapresentado)
Fretes rodoviários	878.228	890.868
(-) Impostos sobre vendas	(134.559)	(148.177)
(-) Cancelamentos e abatimentos	(13.888)	(14.691)
Receita líquida de serviços	**729.781**	**728.000**

A Companhia possui apenas um segmento operacional, que é o de fretes rodoviários, não havendo outros para serem apresentados. A Companhia efetua transações com clientes específicos, com o qual supera o montante de 10% das suas receitas. A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme Item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle. Em decorrência da implantação de novo sistema ERP no exercício de 2025, foram realizadas reclassificações no quadro de apresentação contábil relacionadas a tributos, com o objetivo de adequação ao novo formato operacional e às parametrizações do sistema. Tais ajustes possuem natureza exclusivamente classificatória, não implicando alterações nos critérios contábeis adotados, nem impactando saldos, resultado do exercício, posição patrimonial e financeira, projeções ou demais indicadores econômico-financeiros da Companhia.

20. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2025	2024 (reapresentado)
Custo com fretes	(408.060)	(352.390)
Gastos com combustíveis	(41.414)	(53.740)
Depreciação e amortização	(27.806)	(27.411)
Impostos, taxas e contribuições	(3.854)	(5.264)
Remuneração de capitais de terceiros	–	(3.570)
Custo com pessoal	(148.062)	(125.326)
Materiais e serviços	(109.157)	(114.557)
Receitas com aluguéis de imóveis	9.012	6.910
Outras receitas e despesas, líquidas	10.500	9.758
	(718.841)	**(665.590)**

Classificação por função	2025	2024 (reapresentado)
Custo dos serviços prestados	(638.163)	(591.018)
Despesas comerciais	(20.142)	(22.789)
Despesas gerais e administrativas	(92.585)	(89.169)
Resultado financeiro líquido	(8.044)	(2.138)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	40.093	39.524
	(718.841)	**(665.590)**

21. Despesas comerciais

	2025	2024
Seguros	(16.121)	(15.071)
Comissões e agenciamentos	(754)	(301)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.157	(5.271)
Outros	(7.424)	(2.146)
	(20.142)	**(22.789)**

22. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal	(53.337)	(29.766)
Pró-labore Diretoria	(3.220)	(4.338)
Aluguel	(921)	(6.625)
Utilidades	(1.547)	(22.007)
Serviços de terceiros	(21.608)	(3.873)
Viagens e hospedagens	(2.465)	(2.839)
Impostos e taxas	(3.048)	(3.705)
Gastos com veículos	–	(1.749)
Depreciações	(1.882)	(4.231)
Outras despesas gerais	(4.557)	(10.036)
	(92.585)	**(89.169)**

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Receita sobre vendas de ativo imobizado	16.562	32.739
Custo sobre vendas de ativo imobilizado	(8.450)	(19.329)
Aluguéis de imóveis	14.951	13.576
Recuperação de despesas	17.030	12.538
	40.093	**39.524**

24. Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras	2025	2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.041)	(3.570)
Comissões e despesas bancárias	(1.921)	(268)
IOF	(2.193)	(300)
Outras despesas financeiras	(403)	(1.182)
	(8.558)	**(5.320)**

Receitas financeiras	2025	2024
Juros recebidos de clientes e processos	23	551
Rendimentos de aplicações financeiras	364	505
Descontos obtidos	127	2.126
	514	**3.182**

25. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, duplicatas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar de fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **25.1. Considerações sobre riscos: (i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **(ii) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições consideradas de primeira linha. **(iii) Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. **25.2. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **(ii) Empréstimos e financiamentos:** Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado deles foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

26. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, requer que os arrendatários reconheçam os arrendamentos no balanço patrimonial, sendo registrados um Direito de Uso e o Passivo de Arrendamento (circulante e não circulante). A Sociedade arrenda imóveis para suas áreas operacionais, cujos contratos possuem prazo médio entre 4 e 5 anos e são reajustados anualmente. A taxa de desconto utilizada foi de 13,30%, foi calculada com base nos contratos de empréstimos capitados pela Sociedade durante o período de 2025. O valor do Direito de Uso em 31 de dezembro de 2025 corresponde a R$ 10.727, o qual será depreciado de forma linear pelos prazos os contratos de arrendamentos. O Passivo de Arrendamento trazido a valor presente em 31 de dezembro foi de R$ 10.727, sendo que será reconhecido ao resultado ao longo do prazo dos arrendamentos os juros por competência:

	2025	2024
Arrendamentos a pagar	12.798	15.313
Juros a apropriar	(2.071)	(2.768)
	10.727	**12.545**
Passivo circulante	3.847	3.752
Passico não circulante	6.880	8.793
	10.727	**12.545**

Vencimentos dos arrendamentos

Ano	2025	2024
2025	–	3.754
2026	4.470	3.773
2027	3.485	5.018
Após 2027	2.772	–
	10.727	**12.545**

27. Cobertura de seguros

A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2025, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada (em milhares de Reais)
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos:	
	Matriz-SP	48.000
	Contagem-MG	12.000
	Parauapebas-PA	6.000
	Serra-ES	13.000
	Santos-SP	6.000
	Rio de Janeiro-RJ	4.000
	Três Lagoas-MS	1.000
	Curitiba-PR	350
	Piracicaba-SP	6.000
	Ribeirão Preto-SP	1.500
	Araquari-SC	1.200
	Corumbá-MS	1.000
	São Luis-MA	2.000
Veículos, responsabilidade civil e lucros cessantes	Incêndio, roubo, colisão e lucro cessante (somente para bens de terceiros):	
	Danos elétricos	R$ 150 por evento
	Danos materiais - Rebocador	R$ 300 por evento
	Danos materiais - Semirreboque	R$ 200 por evento
	Danos materiais - Automóvel	R$ 100 por evento
	Danos corporais - Rebocador	R$ 1.000 por evento
	Danos corporais - Semirreboque	R$ 200 por evento
	Danos corporais - Automóvel	R$ 300 por evento
	Danos morais - Rebocador	R$ 100 por evento
	Danos morais - Semirreboque	R$ 50 por evento
	Danos morais - Automóvel	R$ 50 por evento
	Seguro de vida	R$ 30 por evento
	Transportes RCTR-C e RCF-DC	R$ 10.000
Ambiental		R$ 600
Aeronave	Casco	US$ 5.000

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

DIRETORIA

Gilberto Della Volpe - Diretor Presidente

Rafael Della Volpe Filho - Diretor Vice-Presidente

CONTADOR

Gustavo Martins Graminha - Controller - 1SP306635/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Transportes Della Volpe S.A. Comércio e Indústria
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Transportes Della Volpe S.A. Comércio e Indústria ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Transportes Della Volpe S.A. Comércio e Indústria** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Concentração de receitas em clientes significativos:** Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 90% (90% em 2024) das vendas realizadas pela Companhia foram realizadas para 30 clientes-chaves (30 em 2024). As demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2025 assumem a continuidade dessas transações comerciais com os citados clientes. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto. **Investimento na Controlada Transpesa Della Volpe Ltda.:** Conforme comentado na Nota Explicativa nº 8, a Companhia possui investimento na Controlada Transpesa Della Volpe Ltda., a qual não possui atividades ou operação, mantendo apenas um imóvel alugado como obtenção de renda. Sobre esse investimento foi reconhecida a mais valia do ativo imobilizado, quando da obtenção do controle em 2021, consequentemente, a Companhia não está apresentando as demonstrações contábeis consolidadas considerando a controlada citada. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função desse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Luiz Fernandes Carvalho Tenório
Contador CRC 1 SP 264072/O-9

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 17/04/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/04/17/DELLAVOLPE1588836017042026.pdf
Hash:17763660016e3e762c7473491da501c0886947d203